

Fundação Oceano Azul tem 55 milhões para o mar até 2027

Ambiente. A fundação, apresentada hoje em Lisboa, quer influenciar a agenda mundial dos oceanos para o século XXI, dizem responsáveis

FILOMENA NAVES

Assume-se como a maior aposta de sempre na promoção da sustentabilidade dos oceanos por parte da sociedade civil portuguesa, com um investimento global de 55 milhões de euros nos próximos dez anos para atividades de educação ambiental e conservação de ecossistemas marinhos. A Fundação Oceano Azul, que é lançada hoje em Lisboa, nasce com a ambição de "influenciar a agenda mundial dos oceanos para o século XXI".

Criada pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, a dona da cadeia de supermercados Pingo Doce, a Fundação Oceano Azul ganhou em 2015 a concessão por 30 anos do Oceanário de Lisboa, equipamento que terá "um papel central na estratégia" da nova fundação, como reconhece o presidente da sua comissão executiva, Tiago Pitta e Cunha. "O Oceanário é de longe a organização que em Portugal mais investiu em educação para os oceanos e, com a fundação, vai poder aumentar muitíssimo a escala dos seus investimentos", explica este responsável (*ver entrevista*).

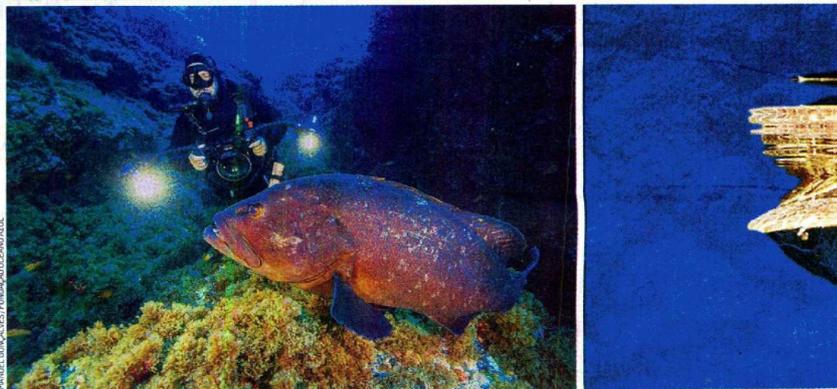
José Soares dos Santos, *chairman* do conselho de administração, garante que "todos os lucros gerados pela fundação ficam na própria fundação, para serem investidos na causa da proteção dos oceanos".

Neste ano de arranque, explica Soares dos Santos, "não gastaremos mais de dois milhões de euros e para o ano, dependendo das atividades, imagino que poderemos

duplicar esse valor", adianta. "Se dentro de cinco anos estivermos com um investimento anual de cinco milhões de euros, é bom, mas vamos querer chegar lá mais depressa", sublinha Soares dos Santos. E, uma vez atingida a velocidade de cruzeiro, por essa altura, o objetivo é chegar a um orçamento anual entre "os seis e os sete milhões de euros", destinados à promoção da sustentabilidade marinha e da educação ambiental.

Literacia azul e sustentabilidade
 A atividade da instituição "vai assentar em três pilares": a educação ambiental, destinada, para já, ao público infantil entre o 1.º e o 4.º anos de escolaridade; a promoção da sustentabilidade dos oceanos, através de atividades de conservação de ecossistemas marinhos, em colaboração com parceiros nacionais e estrangeiros, e ainda o que os responsáveis da fundação designam "capacitação". Esta, explica Tiago Pitta e Cunha, "é uma das marcas distintivas da fundação, relativamente a outras que também fazem conservação dos oceanos".

Fundação Oceano Azul quer influenciar a agenda internacional para os oceanos e promover a sua sustentabilidade



A ideia é "contribuir para o desenvolvimento do pensamento estratégico da conservação e da sustentabilidade dos oceanos e na economia do mar para este século, que tem ser a da preservação do capital natural."

Em concreto, a Fundação Oceano Azul quer influenciar a agenda internacional para as questões do mar, através "da participação em conferências das Nações Unidas" mas também "junto da Comissão Europeia e de outras instâncias internacionais". Este pilar da capacitação passará também por um programa dedicado aos oceanos e à sua relação com o clima. "Vamos querer inventar uma nova figura chamada 'clima azul', e com isso vamos ter de encontrar maneiras de investir, pro-

Em colaboração com a Fundação Waitt, a Fundação Oceano Azul organizou uma expedição científica aos Açores para fazer o levantamento exaustivo dos valores naturais da região do Grupo Oriental do arquipélago e documentar as espécies de grandes mamíferos marinhos que atravessam aquela zona nas suas migrações oceânicas. As fotos da expedição mostram essa biodiversidade.

vavelmente através da atribuição de um prémio, em projetos que consigam mostrar às pessoas que a ligação entre o oceano e o clima é profundamente umbilical", explica Tiago Pitta e Cunha. Dentro de dez anos, diz o responsável, a fundação "quer ser uma referência a nível mundial na questão dos oceanos".

A instituição é lançada hoje, mas, como sublinha o presidente da sua comissão executiva, nasce já com trabalho feito. "Ao longo de 2016, começámos a trabalhar em projetos nas áreas marinhas protegidas", explica. Em parceria com a WWF Portugal, fez-se o levantamento das áreas marinhas protegidas em Portugal. "São 71, mas até agora ninguém sabia quantas eram, porque não existe um organismo gestor

Crescimento na economia ligada às atividades marinhas

REFORÇOS A aposta na extensão da plataforma continental e o investimento na atividade portuária marcam políticas para o setor

Com a terceira maior Zona Económica Exclusiva (ZEE) da Europa, com soberania sobre as primeiras 12 milhas e jurisdição até às 200 (incluindo espaço aéreo, água, solo e subsolo, com direitos de soberania sobre os recursos), Portugal materializou na proposta de extensão da sua plataforma continental, já entregue na ONU e a aguardar discussão final, o seu maior projeto dos últimos anos relacionado com o mar.

A proposta portuguesa entregue em maio de 2009 à Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas considera o alargamento do território submerso (fundo marinho) até às 350 milhas. É a chamada "extensão da plataforma continental" como um prolongamento natural do território emerso, desde que se confirme a continuidade da morfologia e da natureza geológica. Foi essa caracterização detalhada que a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental fez desde 2006, e continua a fazer, para fundamentar a proposta entregue na ONU – até à sua discussão, Portugal pode sempre acrescentar novos elementos à proposta.

Investimento nos portos

A atividade portuária cresceu 42% em Portugal entre 2005 e 2010 e o governo de António Costa quer potenciar ainda mais esta atividade.

Para isso lançou no final do ano passado a Estratégia para o Aumento da Competitividade Portuária, que prevê um investimento de 2,5 milhões de euros até 2026 para todos os portos do continente, com o objetivo de triplicar a capacidade portuária em dez anos e assim impulsionar o crescimento económico. Na apresentação do plano, a ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, afirmou que a movimentação de contentores poderá aumentar 200% nos portos do continente até 2026.

Eólicas no mar

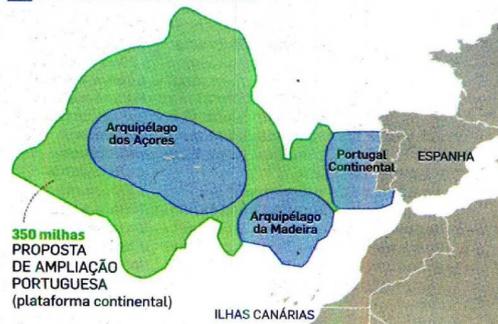
Este é outro setor em que poderá haver boas novidades, dado o seu potencial ao largo da costa portuguesa. De acordo as estimativas apresentadas por Ana Paula Vitorino, "existe uma potencialidade a nível nacional de virmos a cobrir 25% das nossas necessidades de energia" com estruturas eólicas offshore. No roteiro que apresentou há dias para esta área, a ministra afirmou que as energias renováveis relacionadas com o mar, como as eólicas em offshore e dispositivos para aproveitamento da energia das marés, poderão gerar ganhos económicos de 250 milhões de euros e mil postos de trabalho diretos nos próximos cinco anos.

Quota de pesca reforçada

Nas quotas para este ano definidas pela Comissão Europeia, Portugal teve um acréscimo total de 11% em todo o pescado. Na sardinha, os pescadores portugueses vão poder apanhar 6800 toneladas de sardinha entre os dias 1 de março e 31 de julho.

Zona económica exclusiva

200 milhas: ZEE DE PORTUGAL



centralizado", afirma Tiago Pitta e Cunha, explicando que "o trabalho de base foi feito pela WWF e financiado pela fundação".

Outra atividade, essa em colaboração com a Waitt Foundation, foi uma expedição científica aos Açores, durante dez dias, em setembro, para fazer o levantamento dos valores naturais marinhos na zona do Grupo Oriental do arquipélago. "No futuro, queremos trabalhar com o governo regional dos Açores e com o governo da República, para proteger ainda mais aquela região tão importante do ponto de vista da biodiversidade", diz. E conclui: "Queremos ser parceiros do país e do Estado português no levantamento, diagnóstico e implementação de áreas marinhas protegidas."



Tiago Pitta e Cunha: "Mudar a relação do país com o oceano"

Presidente da comissão executiva da Fundação Oceano Azul, Tiago Pitta e Cunha trabalha há quase duas décadas em política dos oceanos. Especialista em direito europeu e internacional, foi representante de Portugal na ONU para os assuntos marítimos, membro do gabinete do comissário europeu para os assuntos do mar entre 2004 e 2010 e conselheiro do Presidente Cavaco Silva.

O que vão fazer concretamente na área da educação ambiental?

Queremos concentrar-nos muito só num projeto, destinado às crianças do ensino primário, e procurar educá-las relativamente à conservação dos oceanos, transmitindo-lhes, através de vários materiais e dos professores, essa perspetiva. Fazer formação de professores é algo que iremos considerar. Há 23 mil professores para 530 mil crianças no 1.º ciclo de escolaridade em Portugal e serão eles o nosso alvo privilegiado.

É na área conservação?

Queremos desenvolver as áreas marinhas protegidas e não apenas em Portugal, porque a fundação tem uma perspetiva internacional e quer influenciar a agenda mundial dos oceanos. O objetivo é ajudar a conservar os ecossistemas marinhos que são biologicamente mais sensíveis e que é preciso preservar a todo o custo.

E além do trabalho nas áreas protegidas?

Estamos preocupados com as pescas, uma questão importante para Portugal. Nomeadamente, as pescas artesanais, que são a esmagadora maioria no país, em que continuamos a ter alguns problemas

de gestão de certos stocks. Queremos sobretudo trabalhar com as comunidades piscatórias e com parceiros internacionais, que têm muita experiência nestas matérias para estudar as melhores formas de gerir os stocks de pesca, garantindo a sua sustentabilidade.

Isso implica uma colaboração com Estado?

Também. Se chegarmos à conclusão de que em determinados setores da pesca artesanal portuguesa é importante mudar métodos de gestão dos stocks pesqueiros, é essencial a intervenção do Estado para adotar esses métodos, e também da Comissão Europeia, que tem grandes responsabilidades no setor das pescas.

Que diferença pode a fundação fazer para o país?

Esta fundação quer ajudar a mudar as regras do jogo na relação que o país tem com o oceano, ajudar a virar a página principalmente na questão da responsabilidade social coletiva de preservação do oceano. A nossa ambição é que os portugueses sejam os europeus mais preocupados com essa sustentabilidade. Se conseguirmos através da literacia azul que isso venha ser assim no futuro, estamos convencidos de que isso contribuirá muitíssimo para os grandes objetivos do Portugal do século XXI, que é mobilizar a sociedade portuguesa para os desafios do século, da sustentabilidade ambiental.

Que verbas vão ser aplicadas nestes programas?

Já foram investidos quase 60 milhões de euros, juntando a concessão do Oceanário [36 milhões] e a dotação da fundação. O orçamento anual em velocidade de cruzeiro andarà à volta de 5,5 milhões.